

	Comitê de Priorização de Demandas de TIC
--	--

Data	21/8/2019	Horário	14h00	Local	Sala de Reuniões da Presidência
Presentes	Juíza Cristiane Montenegro Rondelli - Coordenadora do Comitê Sérgio de Oliveira Cordeiro - Diretoria-Geral Simone Moller Arruda - Secretaria-Geral da Presidência Iara Cristina Gomes - Assessoria de Gestão Estratégica Ednamara Aparecida Gonçalves Câmara - Secretaria-Geral Judiciária Ana Amélia Birchall Borges Martins - Secretaria da 4ª Turma Itamir Carlos Barcellos Junior - Assessoria de Apoio aos Magistrados Herbert Wittmann - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações				

Pauta
• Auditoria do funcionamento do Comitê pela Coordenadoria de Controle Interno; • Análise dos pedidos de priorização de demandas de desenvolvimento; • Assuntos Gerais.

Tópicos discutidos

A coordenadora do Comitê agradeceu a presença de todos, passando a discutir os itens da pauta:

1-) Auditoria do funcionamento do Comitê pela Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal

Dando continuidade ao assunto tratado na última reunião do Comitê, verificou-se a necessidade de se adequar o ato constitutivo do Comitê com a realidade de atuação desde a sua criação. Após a última reunião, foi realizada pela Presidência uma pesquisa junto a outros Tribunais Regionais do Trabalho para verificar como atuam, concluindo que são pequenas as diferenças existentes, confirmando apenas que o fluxo atualmente adotado na 15ª Região é o adequado para atendimento das demandas de desenvolvimento geradas pelos diversos usuários.

Assim, o Comitê deliberou que todos os presentes contribuam em uma minuta para um novo ato constitutivo do Comitê, registrando nessa versão exatamente como o Comitê funciona atualmente. Será compartilhado o documento por e-mail com todos, para essa contribuição.

2-) Análise dos pedidos de priorização de demandas de desenvolvimento

O Secretário de TIC inicialmente relatou aos presentes como estão alocadas as equipes de desenvolvimento, discorrendo sobre os projetos em andamento e demonstrando o esforço que tem sido realizado para atendimento da implantação e desenvolvimento dos projetos SIGEP e

EXE15. Nesse sentido, relatou que todas as equipes atuam conforme definido na última reunião do Comitê :

- DED-828 - Portal (ao finalizar será feito o DED-829-Grupo de emails) - Projeto SIGEP
- DED-850 - Módulo de Autoatendimento - Projeto SIGEP
- DED-812 - Aplicações periféricas e DED-499- Migração dados - Projeto SIGEP
- DED-847 - Módulo de execução - EXE15 - PJe - Projeto PJE

Além disso, informou que tem sido retomado o projeto de aprimoramento do sistema de inscrição da sustentação oral para o PJe e, na sequência, conforme definido na última reunião do Comitê, serão atendidos o DED-822 e DED-700, ambos referentes às melhorias no sistema que gera a CEAT, demandas essas solicitadas pela Corregedoria Regional para a solução de problemas que ocorrem na emissão das certidões.

Nesta reunião, a pedido da Diretoria-Geral, foi debatida a possibilidade de atendimento dos DEDs 880 - Estagiários e 193 - Alterações no sistema Artemis. Após discussões entre os presentes das soluções e ações que devem ser tomadas para agregar valor ao Tribunal, ficou deliberado pela continuidade das atividades realizadas como já planejado, sendo essas duas demandas colocadas ao final do projeto de desenvolvimento do módulo de autoatendimento do projeto SIGEP.

3-) Assuntos Gerais

Discutiu-se que, para aumentar a transparência dos projetos que são priorizados pelo Comitê, considerando a implantação dos sistemas nacionais do Processo Judicial Eletrônico - PJE, Processo Administrativo Eletrônico - PROAD e Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEP, detectou-se a necessidade de se excluir da relação de demandas abertas pelos usuários todas que têm alguma relação com esses projetos nacionais, pois elas não serão atendidas, e outras que foram registradas, mas que não tiveram sua priorização solicitada ao representante do Comitê, havendo demandas muito antigas cadastradas e que perderam seu objeto ao longo dos tempos.

Assim, deliberou-se em mandar um e-mail a todos que possuam DEDs abertos, ainda não atendidos, solicitando verificar se a demanda anteriormente registrada ainda existe e se ela poderá ser atendida sem conflitar com os sistemas nacionais. Nas demandas que ainda necessitam de desenvolvimento pelo Tribunal, devem esses demandantes discutir com o respectivo representante do Comitê, as que devem ser priorizadas. Todas as demandas que não tiverem uma definição a respeito da necessidade de sua permanência na relação até o dia 25 de setembro serão excluídas, otimizando a relação atualmente existente.

Por fim, Herbert lembrou mais uma vez que todos sigam o procedimento estabelecido para o funcionamento do Comitê, uma vez que só são analisadas as demandas consideradas prioritárias

na relação de DEDs, evitando que apareçam demandas nas quais não há a dimensão dos recursos necessários para seu atendimento. Lembrou que, para as demandas a serem priorizadas, é necessário que os representantes do comitê classifiquem as que estão sob sua responsabilidade da maior para a menor prioridade, facilitando a análise anteriormente citada. Todos concordaram com as colocações realizadas para facilitar o trabalho do comitê.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada às 15h.

Previsão da próxima reunião		
Data	Local	Hora
25/9/2019	Sala de Reuniões da Presidência	10h30